

Perfil Franklim Rabelo de Araujo

A análise dos acidentes na empresa em que trabalhava levou o mestre em Engenharia Civil e bacharel em Direito, Franklim Rabelo de Araujo, a visualizar e ter contato com os problemas relativos à prevenção no trabalho. O passo seguinte foi a formação em Engenharia de Segurança do Trabalho e ingresso na área, em especial na Auditoria Fiscal do Trabalho no Ceará, onde está há 25 anos tendo destacada atuação no trabalho em portos, aquaviário e análise de acidentes.

Como e por que o senhor se interessou pela Engenharia de Segurança do Trabalho?

Quando eu era engenheiro em uma empresa estatal, teve um período que era responsável em compilar as estatísticas de acidentes no meu setor e, dessa forma, tive um primeiro contato com os problemas de acidentes de trabalho. Observei a preocupação da gerência em reduzir esses acidentes e a responsabilização que as chefias passaram a ter com essa redução. Presenciei também os conflitos entre a produção e os profissionais responsáveis pela Segurança do Trabalho na empresa. Tudo isso e também problemas de gestão governamental me atraíram para a Segurança do Trabalho e para fazer o concurso público de engenheiro do Trabalho no Ministério do Trabalho.

Como foi o início na inspeção do trabalho? Quais os desafios?

O início na inspeção do trabalho não foi fácil. Fui admitido em 1998, mas comecei a atuar em 1999, após o curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho. Após a formação, fui lotado no setor de SST na an-

tiga Delegacia Regional do Trabalho no Ceará. Logo no início fui convidado para ser o coordenador da atividade em eletricidade, que naquele momento estava enfrentando graves problemas de acidentes de trabalho, devido à desestatização da empresa de energia do Ceará, em 1998, e à terceirização. Muitas ações foram necessárias para a mitigação desses acidentes. Após um ano como coordenador do setor elétrico, fui designado para o setor da indústria da madeira, outro desafio, porque tive que estudar para entender os problemas nessa área. Os dados da Previdência Social apontavam um equipamento chamado tupia como a máquina mais causadora de acidentes com os operadores do Ceará. Nas inspeções, constatamos vários operadores

sem dedos, causados por acidentes com a máquina. Descobri que a ABNT tinha uma norma de segurança de tupias e que a ABIMAQ (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos) havia lançado um manual de segurança dessa máquina. Solicitei 100 exemplares, o que facilitou o trabalho do grupo e a redução de acidentes com esses equipamentos. Participei também do Grupo Móvel do Trabalho Portuário e Aquaviário, com desafios na fiscalização da aplicação das NRs. A busca do equilíbrio da relação capital e trabalho é o desafio diário da inspeção do trabalho.

O que precisa melhorar ainda na atividade de inspeção de SST?

A inspeção de SST foi e ainda está sendo muito afetada pela não realização de concurso público para auditor fiscal do trabalho. O último concurso foi em 2013, temos quase 1.800 cargos vagos. Mas já está havendo melhorias com o novo governo, como a volta da Secretaria de Inspeção do Trabalho, a capacitação dos auditores do trabalho e recursos para as fiscalizações.

Qual a importância da presença profissional

nais especializados em SST na inspeção do trabalho?

Acredito que os auditores fiscais do trabalho selecionados por concurso rigoroso e concorrido, com a experiência adquirida com as inspeções nos locais de trabalho e com os treinamentos oferecidos pela Escola Nacional de Inspeção do Trabalho possam desempenhar o seu trabalho com bons resultados. Porém, caso necessite de profissionais especializados, dispõe o Regulamento da Inspeção do Trabalho que: “Art. 22. O Auditor-Fiscal do Trabalho poderá solicitar o concurso de especialistas e técnicos devidamente qualificados, assim como recorrer a laboratórios técnico-científicos governamentais ou credenciados, a fim de assegurar a aplicação das disposições legais e regulamentares relativas à segurança e saúde no trabalho”.

Como avalia a realidade da prevenção brasileira no setor de portos?

A NR 29 completa em 2023, 26 anos de vigência. Estou nessa atividade fazem 20 anos e sou testemunho das melhorias das condições de trabalho e redução de acidentes nos portos. Entretanto, a carência de auditores fiscais do trabalho tem prejudicado a sua implementação em alguns estados. As entidades sindicais, representativas dos trabalhadores, já se reuniram com o secretário de inspeção e solicitaram concurso público e o treinamento especializado dos auditores fiscais nessa área.

